



ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO UFPB/PU Nº ____/20__

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
E A EMPRESA (nome da empresa), CNPJ Nº (CNPJ da empresa), PARA A (definir construção/reforma do objeto licitado), DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB, Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecida no Edifício da Reitoria, Campus I, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 24.098.477/0001-10, neste ato representada pela Reitora, MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ, doravante denominada **CONTRATANTE** e do outro lado a Empresa (nome da empresa contratada), CNPJ Nº (CNPJ da empresa contratada), sediada à (endereço da empresa contratada), doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr(a). (nome do Representante Legal da empresa contratada), CPF Nº (CPF do Rep. Legal da empresa contratada) e RG nº. (RG e Órgão Expedidor do Rep. Legal da empresa contratada), resolvem celebrar por força do presente instrumento de Contrato, oriundo do Processo Nº (nº do processo) /UFPB/PU, referente à(ao) (Convite/Tomada de Preços/Concorrência Pública UFPB/PU Nº XXX/20XX), de acordo com as cláusulas e condições seguintes que mutuamente se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTEÚDO

Integram este contrato, independentemente de transcrição, e terão plena validade, o edital, seus anexos, termo de referência e proposta de preços da CONTRATADA, à Nota de Empenho e demais documento que compõem o Processo referentes à (ao) (Convite/Tomada de Preços/Pregão Eletrônico XX).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO

O presente Contrato rege-se pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, bem como a Lei complementar 123/2006, regulamentada pelo Decreto Nº 6.204/07, Instrução Normativa Nº 2 de 30/04/2008 da SLTI/MPOG.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

Compõe-se o Objeto do presente Instrumento, o(a) (objeto licitado), com valor básico de: **R\$** (valor em algarismos) (valor por extenso) e prazo de execução de (prazo de execução do serviço) dias.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Iniciar os serviços dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela empresa Contratada, emitida pela Divisão da Prefeitura Universitária correspondente ao Objeto;
- b) Executar os serviços constantes na CLÁUSULA TERCEIRA de acordo com Planilhas, Especificações Técnicas e fornecidos pela Prefeitura Universitária, responsabilizando-se pela qualidade e segurança dos serviços executados, bem como pela qualidade dos materiais fornecidos e da mão-de-obra empregada, diligenciando no sentido de serem conduzidos os trabalhos de acordo com as melhores práticas aplicáveis e dentro do prazo previsto;
- c) Iniciar os serviços a partir de todos os dados básicos necessários, fornecidos pela Prefeitura universitária;
- d) Refazer, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, danos, falhas e quaisquer outras irregularidades ocorridas durante a execução dos trabalhos, provenientes de negligência, má execução dos serviços ou emprego de material ou mão-de-obra de qualida-



de inferior, dentro do prazo estabelecido no Contrato, independentemente das penalidades cabíveis;

e) Acatar as instruções do Fiscal, designado pela Divisão da Prefeitura Universitária correspondente ao Objeto, decorrentes do controle de qualidade e de execução dos Contratos;

f) Comunicar, sempre por escrito, qualquer assunto relacionado com a fiscalização, condução e execução dos Serviços;

g) Manter à frente dos serviços, até a conclusão das obras, Profissional devidamente habilitado para o acompanhamento do objeto licitado, de comprovada competência, bem como pessoal técnico compatível com os serviços;

h) Permitir e facilitar à Fiscalização, a inspeção do local dos serviços devendo prestar a esta, todas as informações e esclarecimentos solicitados;

i) Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, durante toda a vigência do contrato e conseqüente execução da obra, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;

j) Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto deste contrato, cujos empregados não terão qualquer vínculo empregatício com a UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA.

k) A contratada se obriga a fornecer fardamento e crachá de identificação aos funcionários ao transitarem pela UFPB.

l) A contratada deverá fornecer lista dos funcionários que trabalharão com os dados pessoais (RG, CPF, endereço e telefone) a serem repassados ao setor de Segurança da UFPB.



CLÁUSULA QUINTA – DA DURAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO CONTRATO

O prazo de execução dos serviços será de (prazo de execução da obra em algarismos e por extenso) dias, contados a partir da data de assinatura com vigência de **12 (doze) meses**, emitida pela Prefeitura Universitária, **sem prorrogação**.

O presente contrato terá vigência de (prazo de execução do serviços em algarismos e por extenso) dias, após a assinatura do contrato.

1. Dentro do prazo de vigência do Contrato, não será reajustável o valor do Serviço.
2. Se a CONTRATANTE der causa à prorrogação do prazo para conclusão do serviço, quaisquer eventuais alterações contratuais deverão estar em conformidade com o art. 65 da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro deste Contrato.
3. Se a CONTRATADA der causa ao atraso da conclusão do serviço, ressalvada a força maior ou caso fortuito, esta não terá direito a qualquer reajuste no preço inicialmente contratado, obrigando-se a concluir a obra com seus próprios recursos.
4. Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações previstas neste instrumento, na Lei 8666/93 e suas alterações posteriores e noutras disposições legais, realizar, por escrito, através de TERMO ADITIVO as alterações contratuais que lhes forem convenientes.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Obriga-se a CONTRATANTE a:



- a) Fornecer todos os elementos suficientes e necessários à execução do objeto do presente contrato, antes do início dos serviços;
- b) Fiscalizar a execução do objeto através do Engº Fiscal designado oportunamente pela correspondente Divisão da Prefeitura Universitária;
- c) Efetuar os pagamentos requeridos pela CONTRATADA, quando se constatar o cumprimento das exigências constantes da Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

1. A Fiscalização do objeto do presente contrato será realizada pelo servidor previamente designado através de Portaria exarada pelo Sr. Prefeito Universitário, na forma restrita à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto deste Contrato, diretamente ou por prepostos designados;
2. É vedado à CONTRATANTE e seu representante exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato poderá ser alterado nos termos do Art. 65 da Lei 8666/93, com as devidas justificativas.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO



1. A rescisão contratual obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80 da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.
2. Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATANTE, não caberá à CONTRATADA direito a qualquer indenização, salvo na hipótese do artigo 79, parágrafo segundo da Lei 8666/93.
3. Reconhece a CONTRATADA os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no parágrafo primeiro do artigo 79 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR

O valor global do presente Contrato é de **R\$ (valor em algarismos) (valor por extenso)**, que a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA de acordo com cláusula Décima Segunda e Décima Terceira do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de Recurso do Tesouro, Elemento de Despesa **339039 e/ou 449051** e Exercício Financeiro do ano de **20XX**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado através de medições parciais, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data de liberação da fatura parcial, pela Fiscalização da PU;
2. Para cada pagamento efetivado pela administração, há que existir a prévia verificação da regularidade da CONTRATADA com o Seguro Social (INSS/FGTS) correspondente



ao mês da última competência vencida, na forma do § 4º do artigo 31, lei Nº 9.032, de 28 de abril de 1995, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada pela Fiscalização, conforme disposto nos arts. 67 e 73 da Lei Nº 8.666/93, bem como a apresentação de uma via da folha de pagamento do mês anterior ao do faturamento vincendo, compatível com o efetivo declarado.

3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial – TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = \{ (1+TR/100)N/30-1 \} \times VP,$$

Onde,

TR = Percentual retribuído a Taxa Referencial – TR;

EM = Encargos Moratórios

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Responsabilizam-se CONTRATANTE e CONTRATADA a respeitarem integralmente os termos pactuados neste Instrumento Contratual e nas demais condições estabelecidas no Edital, ressalvadas à Administração as prerrogativas asseguradas pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUB-CONTRATAÇÃO

Não será permitida a sub-contratação do Objeto do presente Contrato, no todo ou em parte, salvo mediante expressa autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

1. O atraso injustificado na entrega do serviço sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, nos termos do Art. 86, e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, e na forma prevista na legislação federal em vigor:

a) A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei;

b) A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia deste contrato;

c) Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a aplicação das sanções previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93. A administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) As sanções previstas nas alíneas a) e c) desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea b, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

3. Fica estabelecida a cobrança de multas nos valores e circunstâncias seguintes:



- a) 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor total do Contrato atualizado, até 30 (trinta) dias, a título de mora, por inadimplência, quer na entrega do serviço licitado, quer na assinatura do contrato;
- b) 0,7% (zero vírgula sete por cento) ao dia, sobre o valor total do Contrato, atualizado, após 30 (trinta) dias, título de mora, por inadimplência, quer na entrega do serviço licitado, quer na assinatura do contrato;
- c) 10% (dez por cento) sobre o saldo, atualizado, do contrato por inexecução parcial dos serviços.
- d) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, atualizado, no caso de inexecução total dos serviços.
- e) A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Secretaria Administrativa da Prefeitura Universitária da UFPB.
- f) Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado da Garantia de Execução, Nota de Empenho ou crédito existente a que a empresa vencedora fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da empresa CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- g) A aplicação em cada caso, das multas previstas, não prejudicará as cominações legais previstas no Art. 86 e Parágrafos da Lei nº 8.666/93, sempre assegurada a prévia defesa.
- h) As sanções previstas nos Incisos III e IV do Art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão também ser aplicadas nos casos previstos pelo Art. 88 e seus incisos.
- i) De conformidade com o Art. 86 e seus Parágrafos da Lei 8.666/93, as multas de mora previstas nos subitem anteriores serão lançadas no SICAF como “Ocorrências sobre o fornecedor”.



j) Além das penalidades previstas nos subitens anteriores, a Administração poderá inativar o cadastro do inadimplente junto ao SICAF, na forma prevista na I.N./MARE nº 05, de 21.07.95, alterada pela I.N./MARE nº 09, de 16.04.96.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de João Pessoa (PB), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Contrato.

E por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente termo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos estabelecidos.

João Pessoa, XX de Xxxxxxx de 20XX.

(nome do representante legal da CONTRATADA)
REPRESENTANTE LEGAL

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA
MELO DINIZ
REITORA

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: